

**CONTRATO Nº 210/2021**

Município de Canguçu, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ/MF sob o nº. 88.861.430/0001-49, com prefeitura na Praça Dr. Francisco Carlos dos Santos, nº 240, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Marcus Vinicius Muller Pegoraro, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua João de Deus Nunes, 405, Canguçu/RS, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e **GIALES FISCHER GRÜTZMANN & CIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.276.563/0001-81, com sede na Rua General Osório nº 392, bairro centro, Canguçu/RS neste ato representado por seu representante legal, Senhor Giales Fisher Grützmänn, brasileiro, Casado, residente e domiciliado na cidade de Canguçu/RS, doravante denominada simplesmente de **CONTRATADA**, firmam o presente contrato, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e das demais normas legais aplicáveis formalizam o presente contrato mediante cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O objeto do presente contrato visa contratação de empresa provedora de internet, para fornecimento de internet via rádio, para dois postos de saúde do interior do município, quais sejam ESF UNIÃO (localidade de Santo Antônio 3º distrito) e ESF DIOGO MACHADO DA FONSECA (localidade de Armada 5º distrito), conforme edital de Pregão Eletrônico 61/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR DO CONTRATO

O valor total mensal da prestação dos serviços objeto do presente contrato é de R\$ 4.896,00 (Quatro Mil, Oitocentos e Noventa e Seis Reais).

Item	Qtde	Un	Cód.	Descrição	Valor mensal
01	12	mês	64009	PLANO EMPRESARIAL DE INTERNET VIA RÁDIO - 10 MB - (10 MB DOWLOAD / 10 MB UPLOAD) - ESF UNIÃO	R\$ 204,00
02	12	mês	64012	PLANO EMPRESARIAL DE INTERNET VIA RÁDIO - 10 MB - (10 MB DOWLOAD / 10 MB UPLOAD) - ESF DIOGO MACHADO DA FONSECA	R\$ 204,00
Valor total máximo R\$ 4.896,00					

CLÁUSULA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 A contratada tem o prazo de 30 dias após assinatura do contrato para iniciar a prestação dos serviços.

3.2 Deverão ser executados todos os serviços necessários às instalações e configurações necessárias, sem nenhum custo adicional para o Contratante.

3.3 Condições para a prestação do serviço;

- a) Entrega por tecnologia Wireless;
- b) Velocidade de internet dedicada, mesma velocidade de download e de upload;
- c) IPv4 Público dinâmico;
- d) SLA de início de atendimento 4 horas;
- e) SLA de resolução 24 horas, com suporte técnico local;
- f) Atendimento telefônico exclusivo;
- g) Franquia de Download ILIMITADA;
- h) Franquia de Upload ILIMITADA;
- i) Suporte 24 horas, 7 dias por semana, incluindo feriados;
- j) Equipamento em comodato (antena e router);
- k) Ativação gratuita.



CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

4.1 O Pagamento será efetuado mensalmente, até o décimo dia do mês subsequente ao da prestação do serviço, mediante a entrega da nota fiscal discriminada conforme a nota de empenho onde deverá constar o número da conta, agência, banco correspondente ao CNPJ participante da referida licitação, não será aceito a emissão de boleto para o pagamento.

4.2 Não haverá reajuste de preços durante a vigência do contrato de que trata o presente Edital.

4.3 Todos os fornecedores que forem vencedores de valores superiores a R\$ 800,00, deverão obrigatoriamente emitir NOTA FISCAL ELETRÔNICA, em atendimento ao Decreto nº 48.777/12 (DOE, 06 de fevereiro de 2012).

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

5.1 – São obrigações do **MUNICÍPIO**:

- a) Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços, se atende as especificações contidas no edital e seus anexos;
- b) Efetuar o pagamento ajustado, à vista da nota fiscal, devidamente atestadas pelo setor competente.

5.2 - São obrigações da **CONTRATADA**

- a) Prestar os serviços de acordo com as especificações e demais condições contratualmente avençadas e, ainda, as constantes do edital de licitação;
- b) Arcar com eventuais prejuízos causados ao Município e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato;
- c) Aceitar, nas mesmas condições elencadas neste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços a serem prestados, respeitados os limites legais, conforme dispõe o §1º, do artigo 65, da Lei 8.666/93;
- d) Não possuir débitos em atraso junto ao Município de Canguçu;
- a) Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços, se atende as especificações contidas no edital e seus anexos;
- b) Efetuar o pagamento ajustado, à vista da nota fiscal, devidamente atestadas pelo setor competente.

CLÁUSULA SEXTA – DO CONTRATO

6.1 As obrigações decorrentes desta licitação serão formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas no edital, seus anexos e na legislação vigente.

6.2 Caso o serviço a ser prestado não corresponda ao exigido no instrumento convocatório (edital e Anexos), a licitante vencedora deverá providenciar imediatamente a sua adequação, visando o atendimento das especificações, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no instrumento convocatório, na Lei nº 8.666/93 e no Código de defesa do Consumidor.

6.3 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco.) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

6.4 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do contrato, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante e-mail, para que seja assinada e devolvida no prazo de 05 (cinco.) dias, a contar da data de seu recebimento.

6.5 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

6.6 Serão formalizadas tantos contratos quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes neste edital, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços e demais condições.

6.7 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

6.8 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos



para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 O presente contrato vigorará da data de sua assinatura pelo período de 12 meses podendo ser prorrogado por até 60 meses, a critério da administração, devendo ser observado o artigo 40, XI da Lei 8666/1993, ficando fixado IPCA acumulado dos últimos 12 meses como índice de reajuste.

CLAÚSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;

e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 03 (três) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;

f) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;

g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

8.2 As penalidades serão registradas no cadastro da licitante, quando for o caso.

8.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos artigos 78 a 80 da Lei 8.666/93, Lei 10.520/2002, Decreto 10.024/2019 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FUNDAMENTO LEGAL

10.1 O presente contrato decorre do **Pregão Eletrônico 61/2021**, a qual é parte integrante deste contrato, bem como a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente os casos omissos, sendo neste caso a Lei nº 8.666/93, Lei 10520/2002, Decreto 10.024/2019.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 A despesa proveniente deste Edital correrá por conta da dotação orçamentária a seguir:

ÓRGÃO	FICH A	PROJ/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA
Secretaria Municipal de Saúde	2300	2373	33.9040.13.0000

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA FISCALIZAÇÃO

12.1 Fica responsável pela fiscalização deste contrato o servidor efetivo Paulo Renato Cunha (CARGO: AUX. ADMINISTRATIVO – matrícula 88358)



MUNICÍPIO DE
CANGUÇU

CAPITAL DA AGRICULTURA FAMILIAR

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 As partes elegem o foro da Comarca de Canguçu – RS, para dirimir eventuais controvérsias decorrentes do presente contrato.

13.2 E, por estarem assim justas e acordadas, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo firmadas.

Canguçu, 21 de Outubro de 2021.

MARCUS VINICIUS MULLER PEGARARO
CONTRATANTE

GIALES FISCHER GRUTZMANN & CIA LTDA
CONTRATADA



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9AD6-2D0A-6740-8666

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



GIALES FISCHER GRUTZMANN (CPF 004.XXX.XXX-09) em 22/10/2021 13:39:48 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/9AD6-2D0A-6740-8666>



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 737C-4140-D67B-B2F7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FERNANDA DIAZ FLORES (CPF 817.XXX.XXX-91) em 22/10/2021 14:16:50 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC SOLUTI Multipla << AC SOLUTI << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2 (Assinatura ICP-Brasil)



MARCUS VINICIUS MULLER PEGORARO (CPF 008.XXX.XXX-40) em 23/10/2021 22:48:56
(GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC SOLUTI Multipla << AC SOLUTI << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cangucu.1doc.com.br/verificacao/737C-4140-D67B-B2F7>